



Dia Nacional de Luta pelo “Saúde Caixa Sem Teto”

Empregados da Caixa realizaram mobilizações em diversas cidades do país nesta terça-feira (09), em defesa do Saúde Caixa e por melhores condições de trabalho, com atividades nas unidades do banco, reuniões com trabalhadores nos locais de trabalho e manifestações nas portas das agências.

Em Dourados, o sindicato realizou reunião com os funcionários na Agência Centro e, nesta quarta-feira (10), se reúne com os trabalhadores na Caixa, Agência Weimar Torres.

A principal reivindicação dos trabalhadores é o fim do teto estatutário que limita a participação da Caixa no custeio do plano a



6,5% da folha de pagamento. Segundo as entidades representativas dos funcionários, a medida compromete a sustentabilidade do Saúde Caixa e impede o cumprimento da regra histórica de custeio, pela qual o banco assume 70% das despesas e os empregados contribuem com 30%.

Proposta para recompor reservas da Cassi

As entidades que representam os funcionários do Banco do Brasil buscam alternativas para garantir a sustentabilidade e a perenidade do Plano Associados da Cassi. Para tanto, seguem em negociação com o BB. Nesta terça-feira (09), em mais uma rodada, foi reforçada a necessidade de recompor as reservas obrigatórias, a fim de evitar problemas no curto prazo.

Uma sugestão é a criação de um “memorando de entendimento” para definir a contribuição transitória do banco e dos associados, o que traria mais estabilidade às contas. Sem contar que permitiria que as partes se aprofundassem sobre pontos não consensuados em rela-

ção ao estatuto a ser apresentado para avaliação do corpo social.

Os representantes dos funcionários também apontaram questões importantes da reforma do Estatuto da Cassi que ainda não foram ajustados, como a definição sobre o custeio do período pós-laboral dos funcionários que ingressaram no Banco do Brasil após 2018, o direito de filiação ao plano dos trabalhadores egressos dos bancos incorporados e as alterações promovidas pela Instrução Normativa nº 649/2025, da ANS.

O BB ficou de avaliar a recomposição das reservas e dar uma devolutiva na próxima negociação, que acontece no dia 23 de junho.

Mais rigidez na saúde e segurança no trabalho

Está nas mãos do Senado a decisão pela incorporação ao ordenamento jurídico brasileiro à Convenção nº 187 da OIT (Organização Internacional do Trabalho), que reforça dispositivos constitucionais que garantem aos trabalhadores a redução dos riscos intrínsecos ao trabalho por meio de normas de saúde, higiene e segurança. Por isto, é tão importante eleger parlamentares responsáveis e alinhados com os interesses do povo. Inclusive, as eleições de outubro próximo são um chamado à população para votar com a consciência.

O PDL (Projeto de Decreto Legislativo) 720/2024, aprovado pela Câmara dos Deputados, dá mais proteção ao empregado. E é mais do que necessário. No ano passado, o país registrou 806 mil acidentes de trabalho e 3,6 mil mortes no ano, de acordo com o Ministério do Trabalho e Emprego. De 2016 a 2025, o Brasil soma assustadores 6,4 milhões casos e mais de 27 mil óbitos. Entre 2020 e o ano passado, os acidentes saltaram 65,8%, enquanto as mortes cresceram 60,8%.

Avanço da IA exige proteção ao emprego

A recente decisão da Justiça chinesa de considerar ilegal a demissão de trabalhadores para substituí-los por inteligência artificial lança um debate que o Brasil não pode adiar. A transformação tecnológica é inevitável e pode trazer benefícios para a sociedade, mas não pode servir como justificativa para a eliminação de empregos e a precarização das relações de trabalho. No setor bancário, a discussão é urgente. Há anos os bancos promovem processos de digitalização, fechamento de agências e redução de empregos.

Não é crise, é projeto

O mundo do trabalho não está em crise por acaso. A precarização, o adoecimento mental, a insegurança e o esgotamento são continuidade de um modelo histórico baseado na exploração. A lógica que organizou com a escravidão não foi superada, apenas se modernizou.

A exigência de produtividade permanente, o controle sobre o tempo, a pressão por desempenho e a naturalização do sofrimento fazem parte de um sistema que transforma pessoas em peças descartáveis. O discurso da meritocracia tenta individualizar o fracasso, enquanto esconde que o adoecimento é coletivo e produzido por relações de trabalho violentas e corriqueiras.

Em 2025, segundo o Ministério dos Direitos Humanos, foram registradas 4.515 denúncias de trabalho análogo à escravidão, trabalho infantil, jornadas exaustivas, servidão por dívida e restrição de liberdade, crescimento de 14% em relação a 2024.

Os dados mostram que defender saúde mental, tempo livre, direitos, o fim da escala 6x1 e a dignidade é uma luta política urgente que passa pelas eleições majoritárias deste ano.

Precisamos de um Congresso que defenda os trabalhadores, pois o que temos hoje, majoritariamente, representa e defende os interesses dos patrões.